

A cidade como fator de diferenciação da rede escolar: do período imperial à primeira república.¹

*Flávia Obino Corrêa Werle**

Resumo

O presente texto constrói, com base em dados da história da educação no Rio Grande do Sul, como a rede de escolas públicas se diferenciou e estruturou e de que forma se relacionou com a constituição das cidades.

Analisa os vínculos entre cidade e a instrução pública não do ponto de vista dos conteúdos curriculares que moldam o cidadão, o indivíduo civilizado, ajustado ao mundo urbano mas a partir da análise da tipologia das escolas públicas.

Palavras Chaves: História da Educação; Rio Grande do Sul ; Cidades e instrução pública.

Abstract

Based on data of the history of education in Rio Grande do Sul, the paper analyses how public schools network differentiated and was structured, as well as its relationship to cities formation. It also studies the links between cities and public instruction, not from the point of view of curricular contents which shape the city dweller, the civilized individual adjusted to the urban world, but taking the analysis of the public schools typology as its point of departure.

Key words : History of education ; Rio Grande do Sul ; Cities and public instruction.

¹ Texto apresentado na 19a. Reunião da ANPED, Caxambu/MG, outubro de 1996, GT de História da Educação

* Flávia Obino Corrêa Werle

Centro de Ciências Humanas - Mestrado em Educação

UNISINOS

Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo- RS

CEP: 93020-000

FAX: (051) 592 03 33 . Ramal: 1102.

Faculdade de Educação - PUCRS

Av. Ipiranga, 6681, Porto Alegre - RS

O presente texto constrói, com base em dados da história da educação no Rio Grande do Sul, como a rede de escolas públicas se diferenciou e estruturou e de que forma se relacionou com a constituição das cidades. Analisa os vínculos entre cidade e a instrução pública não do ponto de vista dos conteúdos curriculares que moldam o cidadão, o indivíduo civilizado, ajustado ao mundo urbano mas a partir da análise da tipologia das escolas públicas. Faz parte de um estudo mais amplo¹ que discute as relações entre a constituição do sistema educativo (referido aos processos de administração da educação, organização do trabalho pedagógico e estratégias de controle) de seus agentes (professores e especialistas do sistema educativo) e a espacialidade e localização destes processos. Objetiva contribuir para o estudo do sistema escolar enquanto estrutura hierarquizada e organizadora de trabalhadores verificando *se e como* isto se relaciona com a organização das cidades, tomando a rede escolar como espaço de organização de trabalho dos professores e da burocracia administrativa da instrução pública. A análise percorrerá o período imperial e início do período republicano fase de incipiente urbanização².

Os processos de urbanização, centralização e constituição dos aparelhos de estado se consolidaram a partir dos anos 30. É também a partir daí que se constituiu a educação como um sistema político-administrativo pela maior nitidez dos processos de unificação, sistematização, diferenciação e especialização, para adotar as características de Archer (1979). Isso não significa entretanto que anteriormente não tenham ocorrido iniciativas de estruturação da instrução pública.

A institucionalização da educação se dá de maneira incipiente desde o período imperial quando começa a se instalar um progressivo processo de *substituição* (Offe, 1990; Varela, 1986) pelo qual escolas passam a realizar ações educativas atendidas anteriormente pelas famílias, comunidades e grupos primários. As práticas educativas ao mesmo tempo que vão se organizando, estabilizando e constituindo por meio da escola formal, vão se impondo como necessárias e importantes o que por outro lado destitui e

¹. Projeto Integrado: Urbanidade e Cidadania: processos de formação e instauração de saberes, sub-projeto: A constituição dos agentes do estado: contribuições para a formação do cidadão. UFRGS/PUCRS/UNISINOS; CNPq.

². A urbanização do Rio Grande do Sul no início do século XIX deveu-se ao desenvolvimento das charqueadas e deu-se a partir de Rio Grande e Pelotas. O mercado de couro, sebo e charque entrou em crise por volta de 1870, quando a agricultura colonial começava a se expandir e com ela os povoados de colonização alemã a partir de São Leopoldo. Em 1875, com o início da imigração italiana ocorre o povoamento do estado em direção ao Alto Uruguai.

Oliven (1984) define a década de trinta como a de emergência da vocação urbana do Brasil. A partir daí criou-se o aparelho de estado centralizado e o poder deslocou-se do âmbito regional para o nacional.

desqualifica a tradição e a família para os processos de instrução. O sistema educativo vai substituindo ações informais mais arraigadas nas zonas rurais e, concomitantemente, vai articulando processos de diferenciação, sistematização e unificação da educação que se manifestam e consolidam a partir das cidades. Esta substituição se dá na medida em que as escolas são criadas e colocadas como instituições importantes e qualificadas de educação.

Os processos de substituição exigem uma progressiva especialização dos atores envolvidos com a instrução pública. Inicialmente organismos situados em locais de maior concentração populacional, não especializados no trato da temática da instrução pública - Câmara Municipal, Promotor, Juiz de Paz -, foram agentes da estruturação da instrução. Progressivamente processos de diferenciação e especialização foram ordenando ações educativas, criando hierarquias e substituindo estes atores de ampla ação político-administrativa por funcionários técnicos especializados no trato de questões educativas. Tais processos concorreram para a construção do espaço urbano e foram por ele engendrados e nele se localizaram.

Os processos de unificação e controle se localizaram na capital da Província desde o Império. O diretor de instrução pública localizado em Porto Alegre, fiscalizava e inspecionava as escolas primárias diretamente e por intermédio dos inspetores do município; regulava o método prático do ensino e organizava compêndios e modelos para que a instrução fosse uniforme, submetendo tudo à aprovação do presidente da província. Cada município tinha um inspetor que era o promotor público. A instalação de escolas dependia da quantidade de crianças a serem atendidas. Toda a escola que no decurso de um ano deixasse de reunir 15 alunos com frequência efetiva era transferida para outro lugar com maior número de alunos.

A hierarquização da rede escolar se fazia de acordo com o tamanho e importância do povoado. Em 1855 as escolas eram graduadas em quatro *graus*. As escolas de primeira grau, elementares de primeiras letras, localizavam-se nas freguezias e representavam 52% do total de escolas públicas da província. As de segundo grau localizavam-se nas vilas e constituíam 24% do total; as de terceiro grau representavam 17% e localizavam-se nas cidades. As de ensino secundário eram consideradas escolas de quarto grau representando 7% do total de escolas, situando-se em Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo.

De 1857 até 1880 as escolas riograndenses diferenciavam-se, pela localização e currículo, em dois graus. Escolas de primeiro grau, também chamadas de escolas de instrução elementar eram a grande maioria (90%).

Escolas de segundo grau, ou de instrução primária superior, localizavam-se em cidades, constituindo apenas 10% do total. A diferenciação por localização correspondia também uma diferenciação curricular embora certas noções práticas e sentimentos fossem gerais tanto para as escolas de primeiro grau como para as classes superiores. O ensino de primeiro grau deveria compreender noções que nenhum homem poderia ignorar sem prejuízo de si e perigo da sociedade. O das escolas de segundo grau, deveria ter maior desenvolvimento, habilitando o jovem a chegar ao ponto em que nele se pudessem manifestar disposições particulares para os estudos clássicos propriamente ditos ou para qualquer profissão. Constituam-se em matérias de escolas de segundo grau: aritmética e suas aplicações práticas, leitura dos evangelhos e noções de história sagrada, elementos de história e geografia especialmente do Brasil e sistemas de pesos e medidas. Era uma diferenciação de escolas pelas funções a que atendiam, currículos que ofereciam e espaços em que se situavam. A localização das escolas de segundo grau era feita pelo Conselho Diretor de Instrução Pública de Porto Alegre, ou seja a partir da cidade as normas de diferenciação da instrução pública eram estabelecidas.

O regulamento de instrução pública de 1881, classificava as escolas em três graus. As de primeiro grau ministravam o ensino preliminar misto, as de segundo grau, localizadas nas cidades, ministravam o ensino elementar e as de terceiro grau, de ensino complementar, funcionavam na capital, Rio Grande, Pelotas, Jaguarão e Bagé.

No período imperial havia portanto uma incipiente diferenciação de tipos de escolas de instrução pública, tendo por referência o seu lugar de funcionamento. Tal diferenciação estava relacionada à especialização curricular, chegando a determinar variações no pagamento e na contratação dos professores. Era uma diferenciação que legitimava o sistema e também desqualificava a educação familiar que não tinha como proceder a uma diferenciação equivalente.

De 1887 em diante as escolas começaram a ser classificadas em *entrâncias*. As *entrâncias* determinavam um diferencial de remuneração dos professores mas a todos era exigida uma mesma formação: habilitação pela escola normal criada na província na década anterior. Eram de primeira *entrância* as cadeiras dos distritos rurais, povoados e freguezias, excetuadas as das comarcas da capital, Pelotas e São Leopoldo, esta de segunda *entrância*. Eram de segunda *entrância* as escolas de vilas e cidades de segunda e terceira ordens e de terceira *entrância* as das cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Jaguarão, Bagé e São Leopoldo. As cadeiras eram

providas por acesso nas duas últimas entrâncias e por concurso na primeira. Dez anos depois a designação permanece a mesma mas a classificação se inverte. Passaram a chamar-se de primeira entrância as escolas situadas nos limites urbanos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, de segunda entrância as situadas em outras cidades e as que ficassem fora dos limites até dois quilômetros das cidades indicadas e de terceira entrância as demais.

Em 1905 a capital possuía diferenciada e importante rede escolar frente a outros municípios. Pelo Decreto 789, de 17 de janeiro de 1905, que determinava as aulas que deveriam funcionar na primeira região escolar, Porto Alegre possuía 46 escolas de terceira entrância, 16 de segunda entrância e 34 de primeira, enquanto Viamão e São João de Camaquã, possuíam apenas 12 e 10 escolas de primeira entrância, respectivamente.

A diferenciação da rede escolar incorpora formalmente, em 1906, as designações *suburbana*, *rural* e *urbana* na tipologia de escolas. Permanece a referência de que escolas de terceira entrância localizam-se nos limites urbanos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, as de segunda entrância, nos limites suburbanos de outras cidades do estado e as que ficarem fora dos limites até dois quilômetros das cidades indicadas e de primeira entrância as demais. Eram consideradas escolas urbanas as localizadas em cidades e vilas e as de segunda entrância das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

Em 1927 o regulamento da instrução pública mantém esta diferenciação estendendo-a para as matérias a ser ensinadas. Assim, o regulamento da instrução pública considerava a frequência mínima de 45 alunos em escolas urbanas, 40 nas suburbanas, 20 nas povoações e 15 nas demais. O não atendimento destes mínimos determinava a transferência da escola para locais de maior frequência escolar ou o seu fechamento. Os *colégios* elementares urbanos e rurais deveriam dar a seus alunos orientação para a vida urbana ou rural conforme a sua localização. Os colégios seriam classificados por entrância não apenas por sua localização mas pelo quantitativo de frequência. Seriam colégios de terceira entrância os que tivessem frequência superior a 400 alunos, de segunda os que a tivessem superior a 300 e os demais classificavam-se em primeira entrância. Não mantendo a frequência o colégio poderia ser rebaixado de entrância. Com menos de 200 alunos a escola seria designada não mais de colégio mas de grupo escolar. Chamava-se *grupo escolar* quando três ou mais professores lecionassem conjuntamente em um só prédio.

Pelo que foi colocado, verifica-se que os sistemas educativos não desenvolvem processos de unificação, sistematização, diferenciação, especialização e substituição num vazio, mas num tempo e espaço

determinados, expressando processos a um só tempo decorrentes e exigidos pela concentração cada vez mais densa de população em cidades. A estruturação do sistema político-administrativo da educação assegura que este mesmo sistema seja eficiente no manejo e transmissão da urbanidade (comportamentos pautados por cortesia, afabilidade, contratualidade, precisão, pontualidade, interdependência e higiene) civilizando e polindo as relações, as pessoas, e os espaços da cidade.

Os dados empíricos indicam que as cidades exercem função de centros político-administrativos na estruturação da instrução pública, organizando as relações que ocorrem na área urbana, diferenciando-as das de áreas rurais. Os processos de estruturação da instrução pública ocorrem por diferenciação e contraposição com os de zonas rurais, distanciando e qualificando as cidades frente ao ambiente rural.

As cidades são um elemento fundamental na estruturação do sistema político-administrativo da educação. A partir delas são emitidas normas, padrões de funcionamento e regras de controle e nelas se localiza a estrutura administrativa central da educação. Tal localização contribui para qualificar os elementos do sistema político-administrativo da educação situados nas cidades e desqualificar os demais.

A diferenciação da rede escolar por localização das escolas traz embutida uma especialização que é um ajustamento às condições de cada lugar e uma distinção entre os mesmos. Distribuir escolas entre freguezias, vilas e cidades implicava em oferecer uma instrução pública diferenciada. Em algumas os professores eram admitidos por concurso após terem feito a Escola Normal, o acesso a outras exigia apenas um exame de suficiência. O aprofundamento de estudos e o encaminhamento profissional era objetivo das escolas de segundo grau localizadas nas cidades e por isto mesmo poucas em relação a escolas de instrução elementar de primeiro grau.

A tipologia de escolas trazia consigo um diferencial de remuneração do professor, e exigências variadas de contratação o que se justificava pois, como afirmava um dos relatórios do presidente da província (1877), os professores públicos da capital e das cidades mais populosas eram exemplo de bom procedimento civil, moral e profissional.

As escolas das cidades constituíram-se assim como as de maior frequência, com currículo mais rico, fornecendo conhecimentos mais aprofundados e diferenciados, com professores mais experientes, que já haviam passado por escolas de entrâncias inferiores, com maior número de turmas e professores, sendo portanto melhor estruturadas e mais complexas, e que melhor remuneravam aos que nela trabalhavam.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, Margaret. **Social Origins of Educational Systems**. London: Sage Publications, 1979.
- MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, 9 (51), p. 29 - 35, 1989.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OFFE, Claus. Sistema Educacional, sistema ocupacional e Política da educação - contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, Cedes, ano XI, n.35, p. 9 - 59, abr. 1990.
- VARELA, Julia. Genealogia de la escuela: análisis socio-histórico del proceso de institucionalización de la escuela primaria. **Tempora n.8**. Tenerife, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de la Laguna, p. 13 - 36, jul./dic. 1986.
- Documentos primários (Regulamentos de Instrução Pública, Decretos, Relatórios de Presidente da Província) consultados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Biblioteca da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.